

1

Envio de projeto de lei ao Legislativo para cumprimento da Lei estadual nº 18.909/2010, que fixa em maio, de cada ano, a data base para recomposição das perdas inflacionárias da categoria, respeitando-se o índice oficial de inflação (IPCA) acumulado.

2

Atualização dos valores dos auxílios-saúde e transporte nos termos do art. 4º da Lei Estadual nº 23.173/2018, a partir de 01/01/2018 (início de vigência da lei), assegurando a recomposição total das perdas inflacionárias do período.

3

Envio de projeto de lei ao Legislativo com alteração do Art. 4º da Lei estadual nº 23.173/2018, conforme proposta de redação, a fim de cumprir o acordo integralmente, feito entre a administração do Tribunal de Justiça e as entidades sindicais.

Art. 4º – Os valores do auxílio-saúde e do auxílio-transporte poderão ser atualizados por ato do Tribunal de Justiça, desde que haja disponibilidade orçamentária e financeira para arcar com os custos decorrentes da majoração.

4

Promoção Vertical - Inclusão de verba orçamentária específica para garantir a promoção vertical anual. Estabelecer mesa de negociação prévia, entre o TJ e os sindicatos, no apontamento de vagas, inclusive com a equipe técnica responsável pelo apontamento.

5

Participação de servidor indicado pelo sindicato no grupo gestor do Fundo Especial do Poder Judiciário (Lei estadual nº 20.802/13).

6

Regulamentação do teletrabalho previsto na Resolução 227 do CNJ de 2016.

7

Regulamentação da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão prevista na Resolução 230 do CNJ de 2016

8

Nomeação dos aprovados no concurso de 2017 (cargos de secretaria) e realização de concurso público para preenchimento de outros cargos vagos, não previstos no anterior, do TJMG E TJMMG.

9

Inclusão nas Propostas Orçamentárias do Poder Judiciário de dotação orçamentária específica e suficiente para o atendimento dos itens previstos nesta pauta de reivindicações.